

Multa pode chegar a R\$ 50 milhões

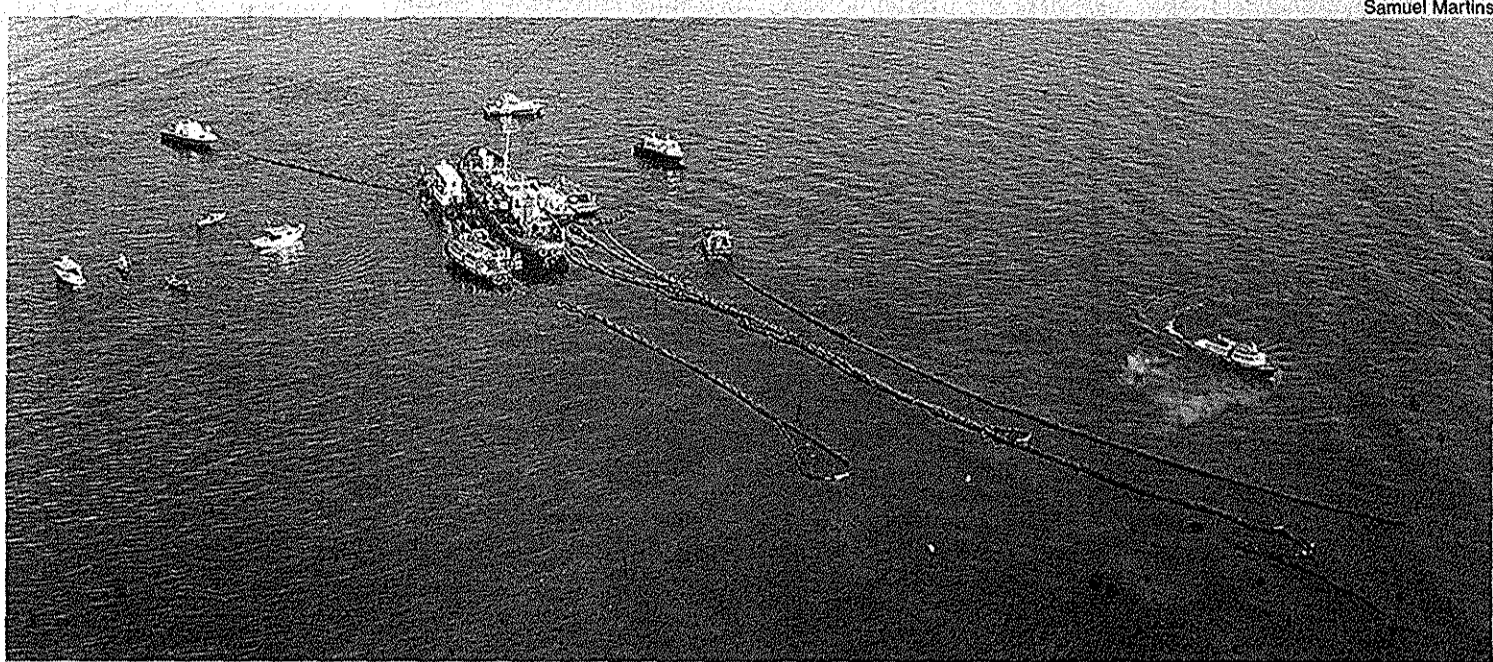
Ministro quer penalizar Petrobras por dano com óleo à área de proteção ambiental de Guapimirim, unidade federal

LUCIANA CONTI

Pode chegar a R\$ 50 milhões o valor da multa a ser paga pela Petrobras pelo vazamento de quase um milhão de litros de óleo na Baía de Guanabara. A multa será aplicada pelo Ibama, que, a mando do ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, avalia os danos causados ao mar, às praias e aos manguezais da Baía. "O valor da multa é irrisório", disse o ministro, referindo-se aos R\$ 94 mil aplicada pelo estado. Sarney Filho estará hoje no Rio para sobrevoar a Baía.

A decisão do Governo Federal se deveu à gravidade do acidente de terça-feira, que, segundo o Ibama, já atingiu 30% da área do Manguezal de Guapimirim, área de proteção ambiental do Governo Federal. A decisão poderá forçar o Estado a não emitir as duas multas ordenadas pela Feema e pelo Instituto Estadual de Florestas (de R\$ 94 mil) já que a legislação brasileira não permite que duas instâncias ajam sobre o mesmo acidente. O superintendente de Logística e Transportes da Petrobras, Carlos Alberto Martins de Souza, disse que a empresa também considera a multa do estado irrisória, mas que não concordará em pagar R\$ 50 milhões.

PDBG - O governador Anthony Garotinho resolveu pedir à Petrobras, em reunião com o Governo Federal terça-feira no BNDES, uma contrapartida pelo acidente ao Programa de Despoluição da Baía de Guanabara (PDBG). "Além do desastre ambiental, o vazamento pro-



No meio da baía, barcos da Petrobras continuavam a recolher o óleo que vazou, tentando impedir danos maiores ao mangue

voca danos à população que vive em função das praias", disse Garotinho, sem informar o valor da contrapartida. O superintendente da empresa afirmou que a empresa quer entrar no PDBG.

Já o Ibama, antes de estabelecer o valor da multa, avalia a extensão dos danos do vazamento de óleo combustível para navio (*marine oil*). "Vamos buscar um critério de dano ambiental que leve em conta os animais por cadeia alimentar e a recomposição do ambiente", disse o superintendente do Ibama, Carlos Henrique Abreu Mendes. Outra possibilidade é o Ibama aplicar multas diárias de até R\$ 5 milhões contra



a Petrobras até que o ecossistema.

Os técnicos do Ibama ainda não sabem quantificar exatamente o estrago em Guapimirim. Já o superintendente Carlos Alberto Martins de Souza afirmou ontem que o óleo apenas "lambeu" as franjas do manguezal. A empresa quer impedir a chegada do óleo ao manguezal.

Aves - Segundo Carlos Alberto, a mancha está se dispersando e hoje ocupa um quilômetro quadrado. Isso, no entanto, não quer dizer que a situação está controlada. A dispersão, que pode se agravar caso chova novamente, complica o trabalho de limpeza. A Petrobras contratou moradores do litoral da baía para ajudar no trabalho, que deve durar um mês.

Para cuidar das aves, foi contratado o oceanógrafo Lauro Barcelos, diretor do Museu Oceanográfico do Rio Grande do Sul.

A empresa estima que consiga retirar da água - até segunda, quando a mancha deve estar totalmente dispersa - apenas 120 mil litros dos 500 mil litros de óleo, que calcula que tenham vazado. O restante será degradado pelo ambiente, o que pode durar até dois meses. Este processo é facilitado pelo sol, que acelera a evaporação do óleo. O resíduo afundará e poluirá o mar da baía.

As causas do acidente só serão esclarecidas hoje, quando fica pronto o laudo da área técnica da Petrobras. Sabe-se até agora que o sistema de controle automático, que está sendo instalado nos dutos, não funcionou. O vazamento foi percebido pelo painel de controle. O superintendente da empresa informou que as bombas foram desligadas 5 ou 10 minutos após o primeiro sinal e que o óleo vazou por 30 minutos.

O acidente forçou um acordo entre a Petrobras e a Secretaria de Meio Ambiente, que pediu uma auditoria externa sobre as condições de segurança ambiental da Refinaria de Duque de Caxias (Reduc), dona do duto rompido. O secretário estadual de Meio Ambiente, André Corrêa, anunciou que pedirá à Coppe-UFRJ uma auditoria. "Por 15 anos, os fiscais não puderam entrar na empresa", disse. Ele, no entanto, não quis acusar a Petrobras de negligência. "Vamos aguardar o laudo", completou, informando que técnicos do governo dos Estados Unidos,

A sentença de morte de um ecossistema

ALUIZIO FREIRE E LÉA AGOSTINHO

A densa camada de óleo continua atacando o ecossistema da Baía de Guanabara, desde o desastre da madrugada de terça-feira. Os 14 mil hectares da Área de Proteção Ambiental (APA) de Guapimirim (Região Metropolitana) - a maior área de preservação permanente do estado - estão sob ameaça desde que o óleo começou a penetrar em trechos dos municípios de São Gonçalo, Itaboraí e Magé. A mancha avançou, desde ontem, por 60 quilômetros quadrados,

atingindo o manguezal e os 16 rios da região, inclusive os três únicos considerados limpos na Baía: Guaxindiba, Guapi e Macacu.

"O estrago é bem maior do que aparenta. Estamos diante de uma situação grave, sem precedentes", afirmou o ambientalista Sérgio Ricardo de Lima, que ingressou com representação judicial na Procuradoria Geral da República para que seja feita uma perícia independente da Petrobras. A ação requer indenização por danos sociais, incluindo prejuízos para os comerciantes, pescadores e o meio ambiente.

Morte - As conseqüências do

desastre ambiental crescem a cada dia. A penetração do óleo no manguezal tem provocado a intoxicação dos vegetais e o sufocamento radical (raízes). O processo de degeneração posterior é o desfolhamento generalizado, causado pela absorção dos elementos tóxicos do produto, fazendo com que o mangue morra em pouco tempo ou fique sob estresse. Com isso, os animais que se alimentam das folhas e usam a área para reprodução serão ameaçados, comprometendo a biodiversidade.

"Pelo menos dois terços da pesca são realizados na zona costeira,

que é a maternidade, creche e supermercado dos peixes, crustáceos e aves. Se o mangue morre, elimina-se a fonte de alimento dessas espécies", explicou o biólogo Mário Moscatelli. Segundo ele, a queda da biodiversidade pode resultar em problemas sócio-econômicos. "O que vão fazer as populações que sobrevivem desses recursos naturais do mangue?" A bióloga marinha Leticia Mayr, que há 16 anos desenvolve um estudo sobre a Baía de Guanabara, acredita ser muito difícil a recuperação do manguezal.

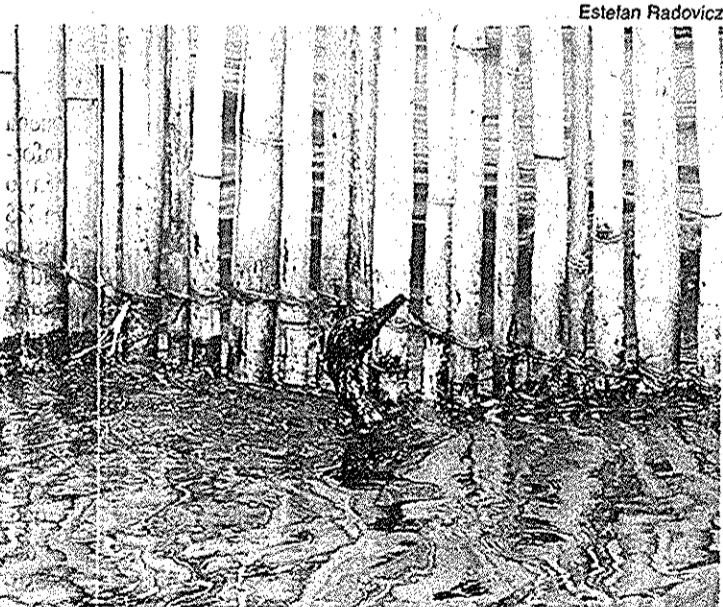
Recolhimento - O secretário estadual de Meio Ambiente, André

Corrêa, montou um posto de recolhimento dos animais numa área da Petrobras no distrito de Magé, que começará a funcionar hoje. Biólogos voluntários participarão do trabalho. Depois do tratamento, as espécies serão levadas para o Parque Estadual da Pedra Branca, em Guaratiba (Zona Oeste).

Os pescadores de Mauá, em Magé, continuavam ontem sem saber o que fazer. Os mais prejudicados eram aqueles que praticam a pesca artesanal e investiram até R\$ 3 mil para construir um curral de peixes. Em visitas de barcos aos locais, só encontraram biguás, socós, mergu-

lhões e garças mortos e encurralados pelo óleo. "Não montamos isso aqui para aprisionar pássaros. Investimos para garantir nosso sustento", disse o pescador Irineu Teófilo, 28 anos, pai de três filhos menores.

De Magé a Caxias, na altura da Reduc, há pelo menos 500 currais fincados na Baía. Os pescadores usam bambus e moirões de madeira, além de contratar mergulhadores que fazem as amarras a sete metros de profundidade. Em geral, o cerco possui área média de 80 metros quadrados, capaz de armazenar de 800 a mil quilos de peixes. Um curral dura nove meses.



Estefan Radoviz



Fábio Peçanha



Estefan Radoviz

Preso pelo óleo dentro dos cercados um socó agoniza, destino idêntico ao do siri na mão do pescador e de outros animais, inclusive da cadeia alimentar da garça, condenada a morrer de fome

Magé e Paquetá sofrem com a sujeira das praias

O feriado de ontem foi marcado pelas lamentações de comerciantes e pequenos empresários da Praia de Mauá, em Magé (Baía de Guanabara), e da Ilha de Paquetá, que amargam sérios prejuízos com o vazamento de óleo da Petrobras. O forte cheiro e a poluição à beira dos restaurantes modificou a paisagem na Estrada Real de Mauá e na Avenida Roberto Silveira, que dão acesso às praias do Anil e Coroa, em Magé. Neste período, elas costumam ficar intransitáveis, mas ontem lá estavam apenas curiosos e moradores que, tristes, acompanhavam os trabalhos de limpeza na areia.

A insatisfação dos comerciantes de Magé chegava à irritação e ao desespero. "Não sei como vou conseguir pagar minhas contas e os empregados. Das 30 refeições que vendo por dia, hoje só atendi a uma

pessoa", disse Elza Cunha dos Santos, 58 anos, dona do Bar e Restaurante das Pedras, que se refugiou na cozinha, ao lado das empregadas Laurete Oliveira e Maria de Lourdes da Silva, sem nada para fazer. Dona Elza disse que num feriado como o de ontem, a fêria seria de pelo menos R\$ 1 mil.

No Bar do Átila, especializado em peixadas, Ednalva Almeida da Silva não parava de lamentar. "Em dias como o de hoje (ontem) teria vendido 200 peixadas. Estou com o freezer lotado, mas ninguém faz um pedido. Em 15 anos de comércio aqui, é a primeira vez que vejo isto", afirmou. Ednalva, que cobra de R\$ 12 a R\$ 18 por uma peixada, foi obrigada a jogar fora um sacco com 300 siris. Ela também não sabe como vai pagar os quatro empregados.

Paquetá - Em Paquetá, o céu



Felipe Varanda

Em Paquetá, pedalinhas paradas e restaurantes sem clientes

claro contrastando com o mar escuro dava o tom de incerteza para o restante do verão, depois que as 11 praias foram atingidas pelo óleo. Enquanto os comerciantes da ilha contabilizam prejuízos com o asfas-

tamento dos turistas, pescadores continuam sem saber quando poderão trabalhar. "Esperávamos 18 mil pessoas visitando a ilha neste feriado. Mas não veio nenhuma barca extra, quando o normal seriam três

ou quatro", disse Antonieta Félix, proprietária, com o marido, do Hotel Paquetá e do Restaurante Charretão, na Praia dos Tamoios.

O presidente da Associação Comercial de Paquetá, Domingos Neto, contou que está sendo estudada uma ação conjunta dos comerciantes de Paquetá contra a Petrobras, para que sejam ressarcidas as perdas. "Vamos tentar conversar antes, para ver se há acordo." A falta de uma previsão para a solução do problema deixa todos mais angustiados. "Se formos levar em conta quantos dias ainda teremos de praia suja e a imagem negativa que vai ficar de Paquetá, acho que não nos recuperamos nem em dois meses", avaliou Nelson Cony, sócio do Hotel e Restaurante Lido, situado na Praia José Bonifácio, uma das mais atingidas. "Nós aqui somos que nem a formiga daquele conto: tra-

balhamos no verão para comer no inverno", comparou.

Entre os pescadores, microempresários e turistas, o desânimo e a insatisfação também eram latentes. "Estamos voltando para casa na semana que vem, apesar de já termos pago o aluguel de uma casa até o Carnaval. Mesmo que você não entre na água, não tem condições de ficar, por causa do forte cheiro do óleo", afirmou o despachante público José Serra, 51 anos, enquanto passeava com a mulher pela Praia da Moreninha. Já Ivan Lacerda, 47, dono de 35 pedalinhas para aluguel na Praia José Bonifácio, classificou de "tragédia" o vazamento. "Sou nascido e criado aqui, trabalho há 30 anos nesse ramo e nunca vi nada parecido. Acabou Paquetá", sentenciou. A Petrobras recrutou 210 empregados para limpar as praias da ilha.